



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010130-61.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Defeito, nulidade ou anulação**
 Embargante: **Simone Ramos**
 Embargado: **Vanderlei Aparecido Penzani**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos de terceiro em que a embargante se volta contra penhora de automóvel de sua propriedade ocorrida em processo de execução em que não figura como parte.

A própria embargante reconheceu na petição inicial que adquiriu o veículo em apreço em 2014 (fl. 02, terceiro parágrafo).

Por outro lado, pelo que é possível extrair dos autos o processo de execução tramita neste Juízo desde 2012, o que impõe a conclusão de que a venda noticiada foi levada a cabo em fraude à execução.

Aplica-se à espécie a regra do art. 593, inc. II, do Código de Processo Civil.

É relevante notar que a embargante não impugnou alegação dessa natureza ofertada pelo embargado na impugnação de fls. 13/14, bem como não refutou que o veículo continuasse sendo utilizado pelo executado, com quem mantém relacionamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para outra direção, conduz à rejeição dos embargos.

Reputa-se que a venda do automóvel objeto da constrição é ineficaz em relação ao embargado e consequentemente inexistente lastro a respaldar a pretensão aqui deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e determino que a execução mencionada tenha retomado o seu curso normal.

Transitada em julgado, certifique-se na execução para o seu prosseguimento.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**